

**Relativização restritiva e relativização
apositiva em Português Brasileiro¹**

**Restrictive relativization and appositive
relativization in Brazilian Portuguese**

Adriana Stella C. LESSA-DE-OLIVEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA (BRASIL)

RESUMO

Neste estudo, registro uma generalização não notificada na literatura sobre sentenças relativas em PB — relativas positivas não são permitidas como estratégia não-padrão. Assumindo a proposta de Kato (1993) (reformulada por KATO; NUNES, 2009), segundo a qual estruturas de deslocamento à esquerda estão na base da derivação de relativas não-padrão (resumptiva e cortadora) em PB, e a proposta de Kayne (1994), segundo a qual a estrutura das relativas é [_{DP} D⁰ CP], este estudo chega a uma explicação que abarca três fenômenos empiricamente verificados: aceitabilidade da estratégia padrão como restritiva ou apositiva, aceitabilidade das estratégias não-padrão restritivas e inaceitabilidade das estratégias não-padrão positivas.

¹ Agradecimentos a Jairo Nunes e Mary Kato pelos valiosos comentários e sugestões.

*Sobre a autora ver página 59.

PALAVRAS-CHAVE

Português Brasileiro. Princípios e Parâmetros. Relativas Apositivas. Relativas Não-Padrão. Relativas Restritivas.

ABSTRACT

In this study, I document a generalization which has not been noticed in the literature on BP relative clauses — appositive clauses do not allow the non-standard strategy. Assuming Kato's (1993) proposal (reformulated by KATO; NUNES, 2009) that left dislocation structures underlie the derivation of non-standard (resumptive and PP-chopping) relatives in BP, and Kayne's proposal that the structure of relatives is $[_{DP} D^0 CP]$, this study provides an explication for three empiric phenomena: acceptability of the standard strategy for restrictive or appositive relatives, acceptability of the non-standard strategy for restrictive relatives and inacceptability of the non-standard strategy for appositive relatives.

KEYWORDS

Appositive Relatives. Brazilian Portuguese. Non-Standard Relatives. Principles and Parameters, Restrictive Relatives.

1 Introdução

A questão em foco neste estudo refere-se à observação de um comportamento sintático diferenciado entre relativas restritivas e relativas apositivas no que diz respeito às três estratégias de relativização possíveis em PB: padrão, resumptiva e cortadora.²

Na literatura especializada, apontam-se vários aspectos peculiares a cada um desses tipos de sentenças relativas. Conforme investigação que Cooper (1983, p. 92-94) faz do inglês, tais diferenças são as seguintes: a) relativas apositivas não podem começar com *that* (cf. (1)); b) somente o antecedente de apositivas pode ser um nome próprio (cf. (2)); c)

² Com relação ao PB, um dos primeiros estudos a discutir a existência de um sistema de relativização não-padrão predominante na linguagem oral foi o de Tarallo (1983). O autor identifica, nesse novo sistema, um tipo de estratégia não-padrão denominada por ele “cortadora”. Assim, ao lado da relativa *padrão* (cf. (i)), o PB contemporâneo apresenta também as relativas não-padrão: *resumptiva*, que seria, segundo o autor, uma estratégia acessível em muitas línguas como “último recurso” (cf. (ii)), e *cortadora* (cf. (iii)).

(i) Capitão Gancho é o pirata cuja mão o crocodilo Tic-tac comeu.

(ii) Capitão Gancho é o pirata que o crocodilo Tic-tac comeu a mão dele.

(iii) Capitão Gancho é o pirata que o crocodilo Tic-tac comeu a mão.

relativas apositivas não podem ter como antecedente quantificadores universais (cf. (3)); d) relativas apositivas são encaixadas sempre depois das restritivas (cf. (4)); e e) numa sentença não pode haver encaixamento de mais que uma relativa apositiva, mas pode haver encaixamento de várias restritivas (cf. (5)).

- (1) a. The man that Mary kissed left early.
 [O homem que Mary beijou partiu cedo.]
 b. The man(,) who Mary kissed(,) left early.
 [O homem, que Mary beijou, partiu cedo.]
- (2) a. John, who knows Chris, admires her.
 [John, que conhece Chris, admira-a.]
 b. *John that knows Chris admires her.
 [John que conhece Chris admira-a.]
- (3) a. *Every man, who knows Chris, admires her.
 [Todo homem, que conhece Chris, admira-a.]
 b. *No man, who knows Chris, admires her.
 [Nenhum homem, que conhece Chris, admira-a.]
- (4) a. The man that I introduced you to, who knows Chris, would be a useful contact.
 [O homem que eu apresentei a você, que conhece Chris, seria um contato útil.]
 b. *The man, who knows Chris, that I introduced you to would be a useful contact.
 [O homem, que conhece Chris, que eu apresentei a você seria um contato útil.]
- (5) a. *The man, who I introduced you to, who knows Chris, would be a useful contact.
 [O homem, que eu apresentei a você, que conhece Chris, seria um contato útil.]
 b. The man that I introduced you to that knows Chris would be a useful contact.
 [O homem que eu apresentei a você que conhece Chris seria um contato útil.]
- (COOPER, 1983, p. 92-94)

A maior parte dessas características também se verifica no PB. Apenas a característica (a) não ocorre no português, que apresenta o morfema neutro *que* para as relativas de sujeito e objeto direto, sendo

inaceitável o morfema *quem*, diferentemente do inglês que além de *that* pode apresentar, nas relativas não-preposicionais, morfemas-wh, como *who*, *which*.³ Para as demais características ((b), (c), (d) e (e)) podemos apresentar, respectivamente, os exemplos do PB de (6) a (9).

- (6) a. Pedro, que conhece Maria, gosta muito dela.
 b. *Pedro que conhece Maria gosta muito dela.⁴
- (7) a. *Toda pessoa, que mora nesse lugar, é feliz.
 b. *Nenhuma pessoa, que mora nesse lugar, é feliz.
- (8) a. O candidato que eu trouxe, que você aprovou, está se saindo bem.
 b. *O candidato, que você aprovou, que eu trouxe está se saindo bem.
- (9) a. *O candidato, que eu trouxe, que você aprovou, está se saindo bem.
 b. O candidato que eu trouxe que você aprovou está se saindo bem.

Além dessas diferenças, veremos, a partir da análise aqui feita, que as relativas apositivas só ocorrem em PB como estratégia padrão, sendo inaceitáveis como resumptiva ou cortadora, diferentemente das relativas restritivas que são aceitáveis para qualquer uma dessas estratégias. Em outras palavras, este estudo apresenta uma descoberta empírica que revela que o contexto sintático das relativas apositivas se mostra impróprio à ocorrência das estratégias não-padrão em PB, diferentemente do contexto da relativa restritiva. Com base nesta observação levanta-se aqui a seguinte hipótese: o processo sintático do qual decorre a relativização apositiva é incompatível com a estrutura de LD, base das estratégias não-padrão em PB contemporâneo (se assumimos a proposta de KATO; NUNES, 2009).

³ De maneira mais rara, ocorre também o relativo *o/a qual* em relativas não-preposicionais em português (cf. (i)).

(i) Ela ofereceu o que tinha a Antônio, o qual não soube ser grato.

⁴ Há, todavia, determinados contextos em que é possível ocorrer uma relativa restritiva com um nome próprio como antecedente (cf. (j)).

(j) — De que Pedro você fala?

— Falo do Pedro que é filho de José.

2 Incompatibilidade entre a estratégia não-padrão e a relativização apositiva em PB: fatos empíricos

Em exemplos como (10b) e (11b) observamos que a versão resumptiva das relativas apositivas em (10a) e (11a) é inaceitável em PB.

- (10) a. ontem falei com *Pedro*_j, o qual/*que*_i você conhece *t_i* desde a infância
 b. *ontem eu falei com *Pedro*_j, *que*_i você conhece *ele*_i desde a infância
 (apositiva- resumptiva)
- (11) a. vou jantar com *Fernanda*_j, em *quem*_i eu não dou um abraço *t_i* há muito tempo
 b. *eu vou jantar com *Fernanda*_j, *que*_i eu não dou um abraço *nela*_i há muito tempo (apositiva - resumptiva)

A sentença em (11b) é inaceitável como relativa apositiva, mas pode ser interpretada semanticamente como uma coordenada explicativa, ou seja, o morfema *que*, neste caso, soa como um conectivo coordenativo⁵ à semelhança de *pois*, como em (12).

- (12) vou jantar com *Fernanda*_j, pois eu não dou um abraço *nela*_i há muito tempo

Como se sabe, no caso da relativa restritiva em PB, a inserção do pronome resumptivo não causa nenhum problema (cf. (13)).

- (13) a. ontem eu falei com *aquele/o rapaz*_j, *que*_i você conhece *ele*_i desde a infância
 b. vou jantar com *uma pessoa*_j, *que*_i eu não dou um abraço *nela*_i há muito tempo

O fenômeno acima não se restringe às relativas com resumptivo realizado, sendo as relativas com resumptivo nulo (assumindo a definição de KATO; NUNES, 2009) também inaceitáveis como apositivas, como se verifica em (14), (15) e (16).

- (14) a. tenho muita preocupação com *um certo menino*_j, *que*_i dedico preces \emptyset _i diariamente

⁵ Gramáticos tradicionais como Cunha e Cintra (1985) citam exemplos de coordenadas explicativas cujo conectivo é o morfema *que* como em: - *Eh, camarada, espere um pouco, / que isto acaba-se já.* (F. Namora, NM, 233, *apud* CUNHA e CINTRA, 1985, p. 582)

- b. *tenho muita preocupação com *Pedro*_p, *que*_i dedico preces \emptyset _i diariamente
- (15) a. aquele é o gabinete de *uma pessoa*_i, *que*_i você não precisa se preocupar \emptyset _i.
 b. *aquele é o gabinete de *Joana*_p, *que*_i você não precisa se preocupar \emptyset _i
- (16) a. Pedro gosta de *livros*_i, *que*_i o enredo \emptyset _i prende o leitor
 b. *Pedro admira a *Bíblia*_p, *que*_i as histórias \emptyset _i encantam as pessoas

Exemplos como (17a) parecem contra-exemplos a essa hipótese de impossibilidade da estratégia não-padrão em contexto de relativização apositiva. Entretanto, para falantes do PB, nenhuma alteração semântica ocorre quando substituímos o *que* pelo conectivo coordenativo *e* nesta sentença (cf. (17b)), verificando-se aí um paralelismo, como o que observamos entre (11b) e (12).

- (17) a. *estes livros*_p, que você pode achar *eles*_i em qualquer livraria, são muito bons
 b. *estes livros*_p, e você pode achar *eles*_i em qualquer livraria, são muito bons

Esse paralelismo entre (11b) e (12) e entre (17a) e (17b) e a inaceitabilidade das sentenças em (11b), (14b), (15b) e (16b) como apositivas indicam que pode ser adequado analisarmos (11b) e (17a) como orações coordenadas. Trocando a posição da segunda oração (cf. (18)) e a os traços [-nome próprio] e [-singular] de negativo para positivo (cf. (19)), notamos que essas sentenças se tornam inaceitáveis, mesmo como coordenadas (com o conectivo *que*).

- (18) *são muito bons estes *livros*_p, que você pode achar *eles*_i em qualquer livraria
- (19) *a *Bíblia*_p, que você pode achar *ela*_i em qualquer livraria, é uma interessante obra histórica

As construções de coordenação com conectivo *que* parecem mais favorecidas pelo contexto de co-referência com pronomes em posições não-preposicionais (cf. (20)) do que pelo contexto de co-referência com

pronomes em posições preposicionais (cf. (21)).

- (20) Fizeram homenagens a Pedro, que ele é o criador desse projeto.
(coordenada /*apositiva-resumptiva)
- (21) a. *Eu tenho muita preocupação com Luís, que dedico preces a ele diariamente.
b. *Aquele é o gabinete de Joana, que você não precisa se preocupar com ela.
c. *Pedro admira a Bíblia, que as histórias dela encantam as pessoas.

A sentença em (20), cujo pronome está numa posição não-preposicional, é aceitável em PB com o *que* interpretado como um conectivo coordenativo à semelhança de *pois* ou *porque*. Já as sentenças em (21) são inaceitáveis tanto como apositivas resumptivas quanto como coordenadas.

As posições preposicionais (OI, Obl, G) mostram-se também completamente desfavoráveis à co-referência de categorias vazias, alocadas nessas posições, com termos anteriores, como se pôde verificar nos exemplos em (14b), (15b) e (16b) acima. Assim, dada a inaceitabilidade dessas sentenças, que explicitam a impossibilidade da estratégia não-padrão com resumptivo nulo em contexto de relativização apositiva, uma sentença aceitável como (22) não pode estar associada a essa estratégia.

- (22) estes livros, que você pode achar \emptyset em qualquer livreria, são muito bons

Isto se confirma pela impossibilidade de extração do DP *que livros* de dentro de ilha (cf. (23a)). A inaceitabilidade de (24a) contrasta com a aceitabilidade da relativa restritiva em (23b), que não apresenta problema com contexto de ilha pela possibilidade de ocorrência como estratégia não-padrão.

- (23) a. *estes *livros*_i, *que*_i Maria encontrou a pessoa que disse que você pode achar t_i em qualquer livreria, são muito bons
b. estes *livros*_i *que*_i [_{LD} t_i] Maria encontrou a pessoa que disse que você pode achar *pro*_i em qualquer livreria são muito bons

Temos, então, uma dupla possibilidade de estrutura para a sentença em (22). Esta sentença é ou uma relativa padrão ou uma coordenada, semelhante a (24), com conectivo *que* correspondente ao conectivo aditivo *e*.

(24) *estes livros*_i, e você pode achar \emptyset _i em qualquer livreria, são muito bons

A aceitabilidade de (22), como coordenada, e de (24) pode ser explicada considerando-se a existência, em PB, do *objeto nulo referencial*, que passou a ocorrer amplamente nessa língua.⁶ Observamos, porém, que em casos como (25), em que se tem um antecedente com traço [+humano], o objeto nulo não é possível. Nesse caso, pode-se dizer que objetos altamente referenciais com expressão nula seriam evitados na língua (ver Hierarquia da Referencialidade⁷)

(25) a. *nosso funcionários*_i, e você pode encontrar *eles*_i em qualquer departamento da loja, estão prontos para desempenhar qualquer função
 b. **nosso funcionários*_i, e você pode encontrar \emptyset _i em qualquer departamento da loja, estão prontos para desempenhar qualquer função

A troca do conectivo *e* pelo constituinte *que* torna a sentença

⁶ De acordo com Kato (2002), no processo de mudança do sistema pronominal, criou-se em PB um paradigma de pronomes fracos quase homófono ao de pronomes fortes, levando a língua à perda da oposição morfológica *ele/ela* e *o/a*, que define Caso entre as formas pronominais. Pelo fato de os pronomes fracos serem marcados por Caso posicionalmente, e não inerentemente como os fortes, o pronome reto de 3ª pessoa passou a ocorrer em posição de objeto com o traço [\pm humano]. Este fato teve como consequência o esvaziamento do clítico de 3ª pessoa, levando o PB a adquirir um *objeto nulo referencial*, que se alterna com a forma pronominal do caso reto.

⁷ A Hierarquia da Referencialidade, proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000), configura-se, conforme figura abaixo, da seguinte maneira: na posição mais alta dessa hierarquia, à direita, estão os argumentos [+N, +humano]. Na outra extremidade, na posição mais baixa, estão os não-argumentos (expletivos). Os pronomes *eu* (falante) e *você* (ouvinte), sendo inerentemente humanos, estão na posição mais alta e a 3ª pessoa (referente a uma proposição – pronome *o* neutro) está mais próxima à extremidade [-referencial]. O valor [-humano] estaria localizado entre o ponto mais alto e a 3ª pessoa proposicional. E os traços [\pm específico] interagem com todos os outros traços. Com base nessa hierarquia, Kato (2002) propõe que as formas pronominais de maior referencialidade seriam formas fortes e as de menor referencialidade seriam fracas.

HIERARQUIA DA REFERENCIALIDADE

não-argumento	proposição/predicado	[-humano]	[+humano]
3ª p.	3ª p.	3ª p.	3ª, 2ª, 1ª p.
[-espec]			[+espec]
[-ref]	←-----→		[+ref]

(25b) aceitável (cf. (26a)). Neste caso temos simplesmente uma relativa apositiva padrão. Não se pode cogitar uma análise desta sentença como relativa não-padrão com resumptivo nulo, uma vez que estamos constatando a impossibilidade da estratégia não-padrão em contexto de relativização apositiva. Também não é o caso de cogitarmos a possibilidade de ser esta uma coordenada com conectivo *que*, dada a inaceitabilidade desta sentença como coordenada com outro conectivo coordenativo (cf. (25b)). Além disso, o efeito de ilha confirma que o DP *que funcionários* é extraído, nesse caso, de dentro do IP.

(26) *nosso* *funcionários*_i, *que*_i você pode encontrar *t*_i em qualquer departamento da loja, estão prontos para desempenhar qualquer função

3 Hipótese de movimento-wh também para as relativas não-padrão

Antes de analisarmos uma proposta de explicação para o fenômeno empírico apresentado acima, vamos verificar a proposta de estrutura para as relativas resumptivas e cortadoras de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009). De acordo com Kato (1993), o processo que subjaz aos três tipos de estratégias de relativização em PB é sintaticamente o mesmo. Para a autora, há, nos três casos, ligação do operador relativo-wh a uma posição vazia (variável) na sentença. Assim, a autora defende que a diferença entre as estratégias resumptiva e cortadora, de um lado, e a padrão, de outro, não tem a ver com a natureza categorial do COMP, mas com a posição da variável, que está fora do IP, no caso das primeiras, e dentro, no caso da última. Estas duas posições são universalmente disponíveis, pois a GU permite que o operador relativo-wh esteja ligado a elementos que se encontram no interior de IP e fora dele, em deslocamento à esquerda.

Assim, a autora propõe que: a) o *que* que introduz a relativa, na estratégia não-padrão (relativas resumptiva e cortadora), é um pronome relativo, extraído de uma posição não-canônica⁸; b) a posição da variável

⁸ Com base no estudo de Cohen (1990), Kato (1993) argumenta a favor da análise do *que* das relativas não-padrão em PB como morfema relativo e não como complementizador.

presa a este pronome é de deslocamento à esquerda (*Left Dislocation* = LD); e c) o pronome resumptivo é co-indexado à variável em LD.

- (27) a. A moça (_{CP} com quem_i (_{IP} eu falei (_{PP} *ti*) ontem).
 b. A moça (_{CP} que_i (_{LD} *ti*) (eu falei com ela_i) ontem).
 (KATO, 1993, p. 227)

Segundo Kato (1993), em (27a) a relativização opera diretamente sobre o objeto do verbo, enquanto que em (27b) o que é relativizado é o DP na posição de LD. O pronome relativo *que* (de acordo com a classificação da autora) é co-indexado ao vestígio em LD, que é co-referente ao pronome pessoal *ela* dentro do IP.

A autora procura demonstrar que o resumptivo, nas relativas resumptivas, e o constituinte nulo, nas cortadoras, ocorrem tal qual ocorrem em sentenças raízes. Quer dizer, um elemento deslocado à esquerda em português brasileiro pode ser retomado ou por um pronome realizado foneticamente, como mostrado em (28), ou por um pronome nulo, como mostrado em (29).

- (28) a. [esse livro]_i, ele_i é muito bom
 b. [esse livro]_i, eu comprei ele_i ontem
 c. [esse livro]_i, eu estava precisando dele_i ontem

- (29) a. [esse livro]_i, eu entrevistei a pessoa que escreveu ____i
 b. [esse livro]_i, eu falei com um aluno que estava precisando ____i ontem

A proposta de Kato (1993) é revista por Kato e Nunes (2009), que, com referência a exemplos como em (29), chamam a atenção para o fato de que a categoria vazia pode ocorrer dentro de uma ilha (cf. (29b) e (30a) abaixo). Isso assegura que não se está lidando com movimento de material deslocado para a posição de LD, sendo a categoria vazia nesses exemplos do tipo pronominal (cf.(30)).⁹

⁹ O objeto nulo tem sido alvo de inúmeras discussões (ver GALVES, 1989; FARRELL 1990; KATO, 1991; CYRINO, 1993; NUNES, 1993; RAPOSO, 2004, entre outros). Kato (1993) analisou a categoria vazia em construções como (13b) como sendo o resultado de um tipo de elipse. A autora discute a existência de dois tipos de categorias vazias nas posições argumentais: prossintagmas nulos, que são parte de um paradigma (*me, te, Ø*), (*meu, teu, Ø*), que licenciam as categorias vazias em posição de objeto nulo e possessivo nulo, respectivamente;

- (30) a. [esse livro]_i, eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*_i
 b. [esse livro]_j, eu falei com um aluno que estava precisando *pro*_i ontem
 (KATO; NUNES, 2009, p.109)

Kato e Nunes (2009) também chamam a atenção para um comportamento peculiar das preposições a depender do verbo que as seleciona. Assim, mostram que, embora os verbos *precisar* e *rir* selecionem a preposição *de*, como em (31), somente *precisar* licencia um pronome resumptivo nulo em uma estrutura de LD (cf.(32)).

- (31) a. a Maria riu *(d)o João
 b. um aluno estava precisando *(d)esse livro ontem
- (32) a. o João, a Maria riu *(dele)
 (KATO; NUNES, 2009, p.110)
 b. esse livro, a Maria precisa (dele)

Esse contraste também se verifica em cláusulas relativas, como as dos exemplos em (33). Para justificar tal contraste, os autores sugerem que a preposição *de*, selecionada por verbos como *precisar*, seria uma realização de Caso inerente (ver CHOMSKY, 1986), tendo necessidade de aparecer somente quando o objeto é realizado foneticamente em posição argumental.

- (33) a. este é o livro que eu estava precisando (dele)
 b. esta é a pessoa que a Maria riu *(dela)
 (KATO; NUNES, 2009, p.110)

Partindo, então, da hipótese de Kato (1993) acima e da hipótese da estrutura [D⁰ CP] para as relativas (de KAYNE, 1994)¹⁰, Kato e Nunes

e categorias vazias provenientes de eclipse para categorias que não têm prossintagma, como o PP. Kato e Nunes (2009) reinterpretem esta categoria vazia como um pronome nulo (*pro*).

¹⁰No modelo tradicional (ver ROSS, 1967; CHOMSKY, 1981; ROUVERET, 1987), a estrutura das relativas teria: a) como alvo da relativização um NP; b) um NP antecedente e um NP relativizado que são constituintes distintos, estando o primeiro incluído na cláusula matriz e o segundo na encaixada; e c) adjunção como a relação sintática entre o NP antecedente e o CP relativizado (cf. (i)). Essa estrutura corresponde a um NP complexo. Melhor dizendo, em (i), por exemplo, o NP *o rapaz*_i é modificado pela cláusula relativa – o CP. No CP, o constituinte relativizado é movido da posição argumental em IP para o SpecCP.

(i) [_{NP} [_{NP} o rapaz]_i [_{CP} com quem_i [_{IP} Maria falou *t*_i]]]

Com Kayne (1994) é retomado um tipo de análise em que se concebe que o sintagma alvo da

(2009) propõem uma análise por alçamento para as relativas não-padrão em PB. Dois pontos fundamentais dessa proposta devem ser ressaltados: a) todas as relativas restritivas em português brasileiro apresentam um determinante *que* relativo (e não um *que* complementizador); e b) a estrutura das relativas seria um tipo de configuração que envolve adjunção.

Assumindo com Chomsky (2000) que toda operação de concatenação (*Merger*) deve ser licenciada como Último Recurso, Kato e Nunes (2009) analisam que, em (17a), se Y e ZP se concatenam, projetando YP, o *Merger* adicional entre YP e XP não é licenciado; da mesma maneira, se ZP se concatena com XP, tornando-se seu especificador, o *Merger* subsequente entre XP e YP é prevenido novamente por Último Recurso. Em ambos os casos, as derivações são canceladas. A solução então seria a configuração de adjunção em (34b). Neste caso, se ZP é adjungido a XP, o *Merger* subsequente entre Y e XP satisfaz à Condição de Último Recurso. Neste caso, ZP, além de estar no domínio mínimo de X, está também no domínio mínimo de Y, sendo estabelecida uma relação sintática também entre ZP e Y.

$$(34) \text{ a. } ZP_{\sigma_1, \sigma_2} \quad Y_{\sigma_1} \quad XP_{\sigma_2}$$

relativização é um constituinte alçado do CP relativo (inicialmente proposto em VERGNAUD, 1974). De acordo com o modelo proposto por ele, conhecido como *raising analysis* (análise por alçamento), o D pode selecionar como seu complemento um CP. Para o autor, a estrutura da relativa seria (ii), a única compatível com o *Axioma de Correspondência Linear* (LCA) (ver KAYNE, 1994, p. 6).

$$(ii) \text{ } [_{DP} D^0 \text{ CP}] \quad (\text{KAYNE, 1994, p. 87})$$

Assim, de acordo com essa proposta, os três tipos de relativas do inglês são derivados a partir do alçamento para o domínio de checagem de C de: a) um NP nas relativas-*that* (cf. (iii)); b) um DP nas relativas-*wh* (cf. (iv)); ou c) um PP nas relativas com *pied-piping* (cf. (v)). No caso das relativas-*wh* e das relativas com *pied-piping*, há previsão de mais alçamento: o NP incluído no DP movido é alçado para o SpecDP, no caso das relativas-*wh*; e, no caso das relativas com *pied-piping*, esse NP é alçado para o SpecPP, provavelmente, via Spec do DP-*wh*, segundo o autor.

$$(iii) \text{ } [_{DP} \text{ the } [_{CP} \text{ picture}_i \text{ } [_{C} \text{ that } [_{IP} \text{ Bill saw } t_i]]]]$$

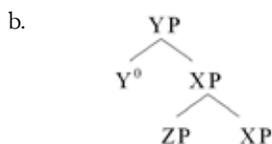
O quadro que Bill viu

$$(iv) \text{ } [_{DP} \text{ the } [_{CP} [_{DP} \text{ picture}_i \text{ } [_{DP} \text{ which } t_i]], \text{ } [_{C}^0 \text{ } [_{IP} \text{ Bill saw } t_i]]]]$$

$$(v) \text{ } [_{DP} \text{ the } [_{CP} [_{PP} \text{ hammer}_i \text{ } [_{P} \text{ with } [_{DP} (t_i) \text{ which } t_i]]], \text{ } [_{C}^0 \text{ } [_{IP} \text{ he broke it } e_i]]]]$$

O martelo com que ele quebrou isto

(adaptado de KAYNE, 1994, p. 87-89)



(KATO; NUNES, 2009, p. 103-104)

Considerando essa configuração de adjunção, os autores propõem que, no caso das relativas não-padrão em PB, um DP encabeçado pelo determinante-wh (*que* — homófono ao complementizador declarativo) pode ser gerado na posição LD (cf. (35a)). Esse DP concatenado na posição de LD é alçado para ser adjungido a CP (cf. (35b)). O NP na posição de complemento desse DP é alçado e adjungido a esse próprio DP (cf. (35c)). E o CP relativo é selecionado por um determinante (cf. (35d)).¹¹

- (35) a. [_{LD} que moça_i [_{IP} eu falei *dela/pro_i*]]
 b. [_{CP} [_{DP} que moça_i] [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} eu falei *dela/pro_i*]]]]
 c. [_{CP} [_{DP} moça_k [_{DP} que t_k]]_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} eu falei *dela/pro_i*]]]]
 d. [_{DP} a [_{CP} [_{DP} moça_k [_{DP} que t_k]]_i [_{CP} C [_{LD} t_i [_{IP} eu falei *dela/pro_i*]]]]]]

Sob esta análise, as derivações de relativas padrão e não-padrão são como os exemplos em (36), (37) e (38):

(36) *Relativas padrão:*

- a. [aquela [_{CP} [_{DP} pessoa_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{IP} t_k comprou o livro]]]]
 b. [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{IP} aquela pessoa comprou t_k]]]]
 c. [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{PP} de [_{DP} t_i [_{DP} que t_i]]]]_k [_{CP} C [_{IP} você precisa t_k]]]]

(37) *Relativas não-padrão com resumptivo foneticamente realizado:*

- a. Eu tenho [uma [_{CP} [_{DP} amiga_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} ela_i é muito

¹¹ Kato e Nunes (2009) não explicitam que posição, exatamente, o elemento em LD ocupa, ressaltando que o que é relevante para os seus propósitos é que essa posição se situe entre CP e IP. Como apontado por Juanito de Avelar (comunicação pessoal), essa posição não deve ser de adjunção a IP, pois do contrário o elemento em LD já estaria no domínio mínimo de C e, por isso, não se moveria. Em nota, comentam Kato e Nunes (2009) que:

It is immaterial for the present discussion what kind of projection LD in the structures that follow really is. All that matters is that it is the position that hosts left dislocated material and is between IP and CP. We will also abstract away for some interfering factors [...], such as definiteness restrictions. For unclear reasons, relative clauses involving an overt resumptive in the subject position is generally acceptable if the “head” of the relative is indefinite; if the head is definite, the resumptive pronoun cannot be subject to the relative pronoun, as exemplified in (i).

(i) Este é o livro que (*a Maria disse que) ele é muito bom.

(KATO; NUNES, 2009, p. 112)

engraçada]]]]]

b. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} o João sempre cita ele_k]]]]]]]

c. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} você vai precisar dele_k amanhã]]]]]]]

(38) *Relativas não-padrão com resumptivo nulo:*

a. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} eu entrevistei a pessoa que escreveu *pro*_k]]]]]]]

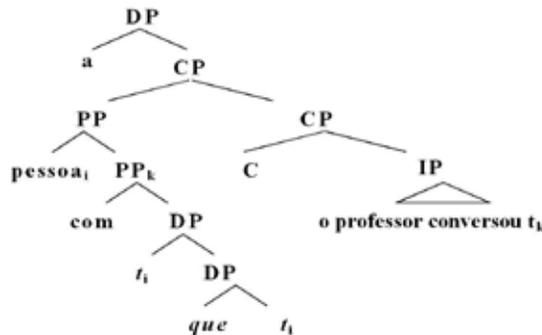
b. Este é [o [_{CP} [_{DP} livro_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{LD} t_k [_{IP} você estava precisando *pro*_k]]]]]]]

(KATO; NUNES, 2009, p.114)

O problema da inaceitabilidade de *quem* em relativas como os exemplos em (39) é analisado por Kato e Nunes (2009) como reflexo, no morfema *quem*, de um tipo de efeito *que-para-qui* (ver PESETSKY, 1982). Ou seja, os autores propõem que o *quem* relativo, em (40c), é um item lexical derivado, obtido (opcionalmente) no componente morfológico quando há traços de um elemento [+humano], como ilustrado em (40a).¹²

- (39) a. *a pessoa quem eu conversei
 b. *o escritor quem chegou
 c. *o escritor quem eu entrevistei

(40) a.



b. a pessoa *com que* o professor conversou

¹² Segundo os autores, a configuração em (23a) assemelha-se ao padrão *que-para-qui* na configuração em (1b).

(i) a. Quelle étudiante a Jean dit qui/*que viendra?

[qual estudante a Jean disse quem/*que virá?]

b. [[quelle étudiante]_i a Jean dit [_{CP} t_i [que [_{IP} t_i viendra t_i]]]]]

c. a pessoa *com quem* o professor conversou

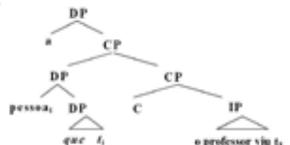
(Adaptado de KATO; NUNES, 2009, p. 101)

Assim é que, em (39a), o relativo *quem* não é aceito sem a preposição, contrastando com a aceitabilidade de (40c); e, como as relativas de sujeito e objeto direto não apresentam a configuração [t que t], *quem* é bloqueado adequadamente em cláusulas como (39b) e (39c). Dessa maneira, o contraste, em português, entre o *quem* interrogativo, compatível com qualquer Caso, e o *quem* relativo, obrigatoriamente selecionado por preposição, justifica-se com a proposta acima. Segundo os autores, o *quem* interrogativo é um item lexical básico, e não derivado morfológicamente como o relativo, podendo ocorrer em qualquer posição licenciada adequadamente.¹³

Nessa revisão da proposta de Kato (1993), podemos observar que o tipo “relativa cortadora” sofreu significativa alteração. Assim como faz Tarallo (1983), Kato (1993) inclui no grupo das cortadoras apenas as relativas preposicionais. Kato e Nunes (2009) tomam a categoria vazia das não-padrão (cortadora) como “resumptivo nulo” e incluem a relativa de objeto direto em contexto de ilha (cf. (38a)) entre as relativas não-padrão com resumptivo nulo.

¹³ Um problema que essa proposta de relativização por alçamento poderia enfrentar, frente a línguas como o português, seria o problema da concordância de gênero e número que se verifica entre o determinante externo e o NP relativizado, uma vez que esta relação de concordância é comumente obtida entre um determinante e seu NP complemento (cf. (i) abaixo). Os autores solucionam esse problema mostrando que o NP relativizado só está contido, e não dominado, pelo DP encabeçado por *que* e o CP relativo. Conseqüentemente, esse NP também está no domínio mínimo do determinante externo. Assim, se a relação de núcleo-complemento requer c-comando mútuo e c-comando está definido em termos de dominância, não há nenhuma diferença significativa entre a configuração que envolve o determinante externo e o NP relativizado e a configuração canônica de um DP. Tanto numa quanto na outra, o determinante e o NP estão em uma relação de c-comando mútuo que lhes permite estabelecer as relações sintáticas pertinentes.

(i)



(KATO; NUNES, 2009, p. 102.)

4 Proposta de análise dos processos de relativização restritiva e apositiva

Os estudos a respeito de relativas apositivas têm apontado várias diferenças entre essas relativas e as relativas restritivas. Essas diferenças são referentes a propriedades¹⁴ que podem estar relacionadas ao fato, de consenso na literatura especializada, de que a relativa restritiva está no escopo do determinante do antecedente enquanto que a relativa apositiva está fora deste escopo.

Esta é a idéia presente na proposta de Kayne (1994) para a estrutura das relativas apositivas. De acordo com a proposta desse autor, a relativa apositiva tem basicamente a mesma estrutura da restritiva (a estrutura [D⁰ CP]) e a diferença entre os dois tipos envolve domínio de c-comando. Assim, a relativa restritiva em (41a), por exemplo, difere da relativa apositiva em (41b) porque a primeira está no domínio de c-comando do determinante *as*, mas a segunda não.¹⁵

(41) a. RESTRITIVA - As escolas que foram atingidas pelas chuvas serão reformadas.

b. APOSITIVA - As escolas, que foram atingidas pelas chuvas, serão reformadas.

Kayne (1994) propõe, então, que as implicações no domínio de c-comando que resultam nas diferenças entre esses dois tipos de relativas são determinadas por diferentes derivações no nível LF. A interpretação

¹⁴ Ver características, apresentadas por Cooper (1983), que diferenciam relativas restritivas e relativas apositivas, citadas na Introdução.

¹⁵ Outras propostas em torno da questão da apositiva indicam para essa relativa um status especial que a aproxima sintaticamente de outras expressões parentéticas. Esses estudos propõem que a apositiva: origina-se como “coordenação” (ver EMONDS, 1979); é um constituinte descontínuo, que não corresponde a um nó irmão do antecedente relativo (ver McCRAWLEY, 1982); ou se concatena à cláusula principal num terceiro nível de representação, LF⁰ (ver SAFIR, 1986). Numa perspectiva um pouco diferente dessas propostas, outros autores procuram demonstrar que as diferenças entre restritivas e apositivas estão relacionadas ao nível de adjunção, assim: a restritiva seria adjunto de N⁰ enquanto a apositiva seria adjunto de NP (ver FABB, 1990); ou a restritiva seria adjunto de NP enquanto a apositiva seria adjunto de seu DP (ver TORIBIO, 1992). Bianchi (1999) comenta que as propostas que concebem a apositiva como processo de coordenação ou como adjunção assimétrica (em relação à restritiva) são incompatíveis com o Axioma de Correspondência Linear (ver KAYNE, 1994) porque prevêm adjunção à direita. Já a proposta que toma a apositiva como constituinte descontínuo é inconsistente com o mapeamento de c-comando assimétrico deste axioma.

da relativa apositiva seria resultado de um movimento, à esquerda, do IP da cláusula relativa para o Spec do determinante externo, extraindo-se o IP relativo do domínio de c-comando desse determinante, conforme o que se verifica em (42b). Nessa perspectiva, enquanto as propriedades da relativa restritiva são definidas em função de o CP relativo se encontrar c-comandado pelo determinante externo, as propriedades da relativa apositiva se constituem num contexto derivacional em que o vestígio do item relativizado fica fora do domínio de c-comando do determinante desse item em LF.

- (42) a. $[D^0 [{}_{CP} NP [C^0 IP]]]$
 b. $[{}_{DP} IP_i [D^0 [{}_{CP} NP [C^0 [e_i]]]]$ (KAYNE, 1994, p. 112)

De acordo com o autor, o movimento do IP em LF é desencadeado por um traço que se manifesta em PF como entonação descontínua. Em línguas de relativas pré-nominais, como o japonês e o basco, esse movimento do IP para SpecDP, na perspectiva dessa proposta, ocorre na sintaxe aberta para todas as relativas. Nessas línguas, o referido traço é checado, nas relativas apositivas, antes do ponto em que a derivação é enviada para PF (antes de *Spellout*). Dessa maneira, Kayne (1994) explica por que essas línguas não marcam uma entonação descontínua para as relativas apositivas, assim como ocorre com o inglês e línguas românicas.

Comenta Bianchi (1999) que a extração do IP da posição de complemento de C^0 pode parecer problemática, *a priori*, pelo fato de IP não ser exatamente uma projeção de uma cláusula (ver GRIMSHAW, 1991). A autora encontra, entretanto, em dados do espanhol caribenho (exemplo em (43), discutidos por Toribio (1992, p. 299)), uma evidência independente em favor da hipótese de movimento do IP. Assumindo que a projeção de Foco (ver RIZZI, 1997) está presente em espanhol, a autora propõe que a forma superficial em (43) é obtida pelo alçamento, à esquerda da cópula, do IP complemento de Foc^0 , sem que nenhum problema seja detectado pelo fato de se estar extraindo um IP da posição de complemento (cf. (44)).

- (43) Mamá tenía que ir era al mercado.
 [Mamãe tinha que ir era ao mercado]

(48) a. RESTRITIVA - ... [_{IP} de [_{DP} uma [_{CP} [_{DP} pessoa_k [_{DP} que t_k]]_i [_{CP} C⁰ [_{LD} t_i [_{IP} você não precisa se preocupar com ela_i/pro_i]]]]]]

b. APOSITIVA - *... [_{IP} de [_{DP} [_{IP} você não precisa se preocupar com ela_i/pro_i]_m [_{DP} D⁰ [_{CP} [_{DP} Joana_k [_{DP} que t_k]]_i [_{CP} C⁰ [_{LD} t_i t_m]]]]]]]]

Esse alçamento do IP deveria implicar a retirada do vestígio do termo relativizado (que está dentro de IP na estratégia padrão) do domínio de c-comando do determinante externo, como ocorreu em (46b). Entretanto, no caso das estratégias não-padrão em PB, isto não ocorre, porque, como o vestígio do termo relativizado está na posição de LD, esse movimento do IP em LF não deixa o vestígio do termo relativizado fora do escopo do determinante externo, o que inviabiliza a relativização apositiva como estratégia não-padrão (com resumptivo realizado ou nulo) nessa língua. Dessa maneira, podemos explicar a assimetria entre a aceitabilidade de relativas restritivas não-padrão e a inaceitabilidade de relativas apositivas não-padrão, verificadas empiricamente em PB.

Em síntese, com a associação das propostas de Kato e Nunes (2009) para estrutura das relativas não-padrão em PB e de Kayne (1994) para a estrutura das relativas apositivas, temos uma análise capaz de explicar uma situação de assimetria que resulta em três fenômenos observados empiricamente: a) aceitabilidade da estratégia padrão como restritiva ou apositiva; b) aceitabilidade das não-padrão restritivas; e c) inaceitabilidade das não-padrão apositivas. Os três fatos são contemplados com a associação dessas propostas sem a necessidade de nenhum tipo de estipulação.¹⁶

5 Conclusões

Apresentei, neste artigo, um interessante aspecto da relativização

¹⁶ O fenômeno observado, neste estudo, traz uma previsão relevante para os estudos de aquisição da linguagem. O que foi aqui observado indica que a gramática alvo da criança adquirindo o PB deve incluir, no caso das relativas apositivas, apenas a estratégia padrão. Ou seja, a presença de apositivas na fala da criança, em qualquer período da aquisição, é uma indicação de que a criança relativiza por movimento-wh a partir de IP (estratégia padrão). Essa questão é amplamente discutida em LESSA-DE-OLIVEIRA (2008).

em PB, não observado anteriormente: *a impossibilidade de ocorrência de relativas não-padrão em contexto de relativização apositiva*.

Com base na hipótese de relativização por alçamento *a partir da posição de LD*, de Kato (1993) e Kato e Nunes (2009), este estudo chega a uma explicação para o referido fenômeno ao associar essa hipótese à análise de Kayne (1994) para a estrutura das apositivas. Sem que fosse preciso reformular, em nenhum aspecto, nenhuma dessas propostas, a análise aqui feita demonstrou que a associação delas contempla as várias situações empíricas verificadas: a) aceitabilidade da estratégia padrão como restritiva ou apositiva; b) aceitabilidade das relativas não-padrão restritivas; e c) inaceitabilidade das relativas não-padrão apositivas.

Assim, a análise apresentada neste estudo pode ser tomada como evidência independente tanto para a hipótese de relativização por alçamento para relativas restritivas e apositivas, de Kayne (1994), quanto para a hipótese de relativização não-padrão a partir de LD, de Kato e Nunes (2009).

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, V. **Consequences of antisymmetry: headed relative clauses**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. 357p.
- BIANCHI, V. The raising analysis of relative clauses: a reply to Borsley. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 123-140, 2000.
- BORSLEY, R. Relative clauses and the theory of phrase structure. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 28, n.4, p. 629-647, 1997.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981. 371p.
- CHOMSKY, Noam. **Knowledge of Language: its nature, origin and use**. New York: Praeger, 1986. 323 p.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. In: Martin R., Michaels, D., Uriagereka, J. (eds.) **Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in honor of Howard Lasnik**. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 81-155.

COHEN, M.A. **Syntactic change in portuguese relative clauses and the adjective in the noun phrase.** Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 1990.

COOPER, R. **Quantification and Syntactic Theory.** Dordrecht/Boston/London: D. Reidel Publishing Company; 1983, 217p.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985. 724 p.

CYRINO S. M. L. Observações sobre mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica,** Campinas: Editora da Unicamp; 1993. p. 163-184.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E.; KATO, M.A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Org.). **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter.** Frankfurt: Vervuert-Ibero-Americana, 2000. p. 55-73.

EMONDS, J. Appositives relatives have no properties. **Linguistic Inquiry,** Cambridge, v. 10, p. 21-43, 1979.

FABB, N. The Difference between English Restrictive and Appositive Clauses, **Journal of Linguistics,** Cambridge, v. 26, p. 57-77, 1990.

FARRELL, P. Null objects in Brazilian Portuguese. **The Linguistic Review,** Berlin, v. 8, p. 325-346, 1990.

FERREIRA, M. B. **Argumentos nulos em português brasileiro.** 2000. 113p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A Posição Sujeito em Português Brasileiro:** Frases finitas e infinitivas. Campinas: Editora da Unicamp; 1996. 201p.

GALVES, C. O objeto nulo e a estrutura da sentença em português brasileiro. In: GALVES, C. (Org.) **Ensaio sobre as Gramáticas do Português.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 73-96. Edição original: 1989)

GRIMSHAW, J. B. **Extended projection.** Brandeis University, 1991 (ms).

KATO, M. A. Null and pronominal objects in Brazilian Portuguese.

In: ASHBY, W. *et alii* (Org.), **Linguistics Perspective on Romance Languages: Selected Papers from the XXI LSRL**. Philadelphia, 1991, p. 225-235.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica, In: ROBERTS, I; KATO, M. (Org.). **Português Brasileiro. uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp; 1993. p. 223-261.

KATO, M. A. Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro. **Revista Portuguesa de Filosofia**, Coimbra, v. XXIV, p.101-122, 2002.

KATO, M. A.; NUNES, J. A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Org.) **Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax**. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2009.

KAYNE, R. S. **The Antisymmetry of Syntax**. Cambridge: The MIT Press; 1994. 186p.

LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. **As sentenças relativas em português brasileiro: aspectos sintáticos e fatos de aquisição**. 2008. 197f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

McCRAWLEY, J. D. Parentheticals and Discontinuous Constituent Structure. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 91-106, 1982.

MÓIA, T. **A Sintaxe das orações relativas sem Antecedente Expresso do Português**. 1992. 163f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

NEGRÃO, E. V. Tem uma história que eu quero contar que começa assim: peculiaridades de uma construção existencial. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 22, p. 81-90, 1992.

NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 207-222.

PESETSKY, D. **Paths and Categories**. Doctoral Dissertation - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1982.

PONTES, E. **O Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987. 169p.

RAPOSO, E. P. Objetos nulos e CLLD: uma teoria unificada. **Revista da ABRALIN**, v. III, n. 1 e 2, p. 41-73, julho e dezembro, 2004.

RIZZI, L. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. **Elements of Grammar**. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

ROSS, J. R. **Constraints on variables in Syntax**. 1967. 523p. Tese (Doutorado) — Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1967.

ROUVERET, A. “Présentation” e “Postscript”. In: CHOMSKY, N. **La nouvelle syntaxe**. Paris: Ed. Du Seuil, 1987. 379p.

SAFIR, K. Relative clauses in a theory of binding and levels. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v.17, p. 663-689, 1986.

TARALLO, F. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese**. 1983. 273p. Doctoral Dissertation — University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

TORIBIO, A. J. Proper Government in Spanish Subject Relativization. **Probus**, Amsterdam, v. 4, p. 291-304, 1992.

VERGNAUD, J.R. **French relative clauses**. Doctoral Dissertation — Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1974.

Recebido em 04/06/2010.

Aprovado em 07/08/2010.

SOBRE A AUTORA

Adriana Stella C. Lessa-de-Oliveira é Doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professora Ajunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atuando como docente e pesquisadora nas áreas/temas em Aquisição da Linguagem e Sintaxe do Português Brasileiro, Escrita de Libras (língua brasileira de sinais). É pesquisadora líder do *Grupo de Pesquisa das Estruturas Gramaticais e de Aquisição da linguagem* (UESB/CNPq), é membro do *Grupo de Pesquisa*

em Estudos da Língua(gem) (UESB/CNPq) e membro do Grupo de Pesquisa Minimalismo e a Teoria da Gramática (USP/CNPq). Algumas de suas publicações: Artigos: *Dados de mudança no sistema de relativização em português brasileiro*, *Aquisição da linguagem e variação lingüística*, *A relativa resumptiva em dois momentos do português brasileiro: um processo de mudança durante a aquisição*, *Aquisição de sentenças relativas e Economia*; capítulo de livro: *Aquisição de Constituintes-QU em dois Dialeto do Português Brasileiro*; livro organizado: *Em torno da Língua(gem): questões e análises*.

E-mail: adriana.lessa.de@uol.com.br